



DIREITOS HUMANOS

Alta comissária das Nações Unidas, Michelle Bachelet expressa "séria preocupação" com a conduta do governo brasileiro em relação aos povos originários e pede que autoridades revertam políticas danosas. Supremo retoma julgamento de marco temporal nesta semana

ONU alerta para ameaças contra indígenas no país

» GABRIELA CHABALGOITY*
» LUIZA VICTORINO*

Durante a abertura da sessão do Conselho de Direitos Humanos, ontem, a alta comissária para direitos humanos das Nações Unidas, Michelle Bachelet, chamou a atenção para as ameaças às populações indígenas e aos ativistas no Brasil e descreveu um cenário de "séria preocupação". O país foi mencionado mais uma vez entre as 40 nações onde o respeito aos direitos humanos está ameaçado.

"No Brasil, estou alarmada com os recentes ataques contra membros dos povos yanomami e mundurucu por mineradores ilegais na Amazônia. As tentativas de legalizar a entrada de empresas em territórios indígenas e de limitar a demarcação de terras indígenas — notadamente por meio de um projeto de lei que está em análise na Câmara dos Deputados — também são motivo de séria preocupação", disse a ex-presidente chilena.

O projeto de lei está sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e as discussões devem ser retomadas amanhã na Corte com o voto do ministro Nunes Marques. Edson Fachin, relator do processo no Supremo, votou contrário à medida no último dia 9.

A comissária fez um pedido para que autoridades brasileiras tomem providências acerca do assunto. "Faço um apelo para que as autoridades revertam políticas que afetem negativamente os povos indígenas e não se retirem da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Convenção Indígena", disse Bachelet.

Na fala, ela faz menção à ameaça do governo brasileiro de deixar o pacto, vigente no Brasil desde 2004, que trata dos direitos dos povos indígenas, garantindo a autodeterminação e detalhando termos para a proteção de direitos e territórios, por exemplo. O documento foi assinado por 23 países e é um dos principais norteadores internacionais do tema.



Se esse marco não passar, teremos estabilidade jurídica com a garantia dos direitos dos indígenas, autoestima e respeito internacional"

Alexandre Bernardino Costa, professor da UnB

Depois de ocorrerem, no Brasil, manifestações indígenas contra a tese do marco temporal, que considera terras indígenas apenas aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios na data da promulgação da Constituição Federal de 1988, autoridades internacionais voltaram as atenções para os riscos que os direitos da população indígena correm no país.

"Inimigos prioritários"

Segundo o professor da Universidade de Brasília (UnB) Alexandre Bernardino Costa, doutor em Direito, quando se julga o marco temporal, "temos de lembrar que muitos dos povos indígenas foram expulsos de sua terra naquela terra naquele momento histórico". A reivindicação, explica, "dá-se justamente em cima do território em que eles não estavam porque haviam sido expulsos".

O especialista afirma ainda que não são só os povos indígenas que ganham se o marco for julgado ilegal. "O Brasil, quando cuida e protege seus povos ancestrais, ganha respeito de si mesmo e dos seus povos originários. Se esse marco não passar, teremos estabilidade jurídica com a garantia dos direitos dos indígenas, autoestima e respeito internacional", ressalta.

A coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Sônia Guajajara, afirma que a situação dos indígenas no Brasil piorou desde o início do governo do presidente Jair Bolsonaro. "Nós, povos indígenas, lutamos há 521 anos por nossas vidas e nossos territórios. Com a chegada desastrosa de Bolsonaro à Presidência, tudo ficou mais grave, pois ele nos elegeu como inimigos prioritários. Acabamos de passar pela maior mobilização nacional indígena da história, em Brasília, o que revela a gravidade da situação e o quanto nós estamos firmes na oposição a este governo que representa morte para nossos corpos e para a Mãe Terra", pontua, em referência ao acampamento indígena que reuniu mais de 5 mil pessoas de 172 povos na capital na última semana em torno da votação do marco temporal, culminando na Marcha das Mulheres Indígenas, na sexta-feira passada.

Sônia Guajajara atenta, também, para a necessidade de os países que estão acompanhando a situação da população indígena no Brasil ajudarem externamente. "Os crimes cometidos por Bolsonaro são acompanhados pelo mundo e precisam ser freados imediatamente. Nós temos denunciado em todas as instâncias esse projeto nefasto: no Tribunal Penal Internacional, na OIT (Organização Internacional do Trabalho), na CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos). E esse apelo tem recebido respaldo, como da relatora de direitos humanos Michelle Bachelet e de outras instâncias da ONU. Bolsonaro sai do Brasil como genocida, e é como genocida que será recebido pela ONU", argumenta.

A expectativa é de que o presidente Jair Bolsonaro comente a situação dos povos indígenas em seu pronunciamento na abertura da sessão anual da Assembleia Geral em Nova York, que ocorre na semana que vem.

* Estagiárias sob a supervisão de Andreia Castro

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Marcha das Mulheres Indígenas: acampamento reuniu 5 mil pessoas de 172 povos na capital na última semana

SAÚDE

Queiroga culpa estados por falta de vacinas

» GABRIELA BERNARDES*

A segunda aplicação da vacina de Oxford/AstraZeneca contra o coronavírus foi suspensa em diversas cidades no Brasil em razão da falta do imunizante na semana passada. São Paulo, Rio Grande do Norte, Tocantins, Rondônia e Mato Grosso do Sul tiveram que suspender a vacinação da segunda dose em alguns postos. A ausência de doses prejudica a progressão da campanha vacinal e atrasa a imunização da população.

O Brasil registrou 215 óbitos causados pela covid-19, de acordo com dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) divulgados ontem. Com os registros, o país acumula 587.066 vidas perdidas para a doença. O levantamento do Conass, que compila dados de secretarias de Saúde de dos 26 estados e do Distrito

Federal, apontou, ainda 6.645 novos casos em 24 horas. Com isso, o Brasil superou 21 milhões de pessoas infectadas, com um total de 21.006.424 de registros desde o início da pandemia. Os dados do Ceará e do Rio de Janeiro não foram computados por problemas técnicos.

A média móvel de casos no Brasil voltou a cair, chegando a 15.571 nos últimos sete dias. Esse é o menor patamar desde o mês de maio de 2020, segundo levantamento do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) divulgado no domingo. A regressão na quantidade de casos é consequência, em grande parte, do bom ritmo de vacinação que partiu das unidades da Federação alcançou nos últimos meses.

Para o infectologista José David Urbaz, do Exame Imagem e Laboratório, porém, o número

Walterson Rosa/MS



Segundo ministro, não há falta de imunizantes: "Campanha vai bem"

não representa segurança e não deve ser comemorado. "De forma alguma nós podemos falar de pandemia sob controle". Ele comenta que, infelizmente, o país acostumou-se com números elevados de transmissões e mortes. "Como no primeiro semestre de 2021, nós chegamos a picos enormes, de cem mil casos por dia e quase quatro mil mortos, quando enxergamos uma situação de 500 ou 600 óbitos por dia, temos uma

falsa sensação de um problema que está totalmente controlado", pontua. E continua: "Problema controlado não é isso, o problema só será controlado quando tivermos dias sem aparecimento de óbitos, para que assim tenhamos uma queda significativa de casos — muito abaixo disso que nós estamos vendo atualmente".

* Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro

Efeito delta na pandemia

A queda nos números da pandemia coloca em dúvida a força da variante delta no Brasil, após causar uma avalanche de novos casos nos últimos meses em países da Europa, Ásia e nos Estados Unidos. Quatro meses após a confirmação do primeiro caso da variante no país, os impactos da cepa estrangeira ainda são incertos.

"Há um período, digamos assim, de latência entre a introdução da nova variante e a sua disseminação com intensidade por todo o território que habitualmente vai ser acometido", explica o infectologista José David Urbaz.

Ele avalia que, em terras brasileiras, a conjuntura pandêmica não possibilita uma avaliação profunda, já que as alterações de casos não são lineares. "A gente ainda não tem uma clareza sobre o que está acontecendo no país, porque a delta entrou no Brasil em um contexto de alta transmissão da variante gama, que é a variante brasileira. Então, temos um país com uma circulação viral elevada o tempo inteiro. A soma de uma segunda variante pode, de alguma forma, modificar esse comporta-

mento que observamos em outros locais do mundo", pontua.

Sem descuido

Urbaz não descarta a influência da progressão da campanha de imunização no controle da delta. "Evidentemente, há a influência da vacinação, pensando em indivíduos que estão com uma dose, que alcançam em torno de 70% no Brasil. É possível ainda que tenha somado a isso o efeito de que muitos deles já infectaram-se previamente, portanto, têm uma imunidade a partir da infecção natural que foi reforçada com uma dose", comenta.

Contudo, segundo ele, a população não pode afrouxar as medidas de proteção. "A gente sabe que esses períodos de latência podem se seguir desses picos enormes com um comportamento explosivo. É por isso que nós sempre acreditamos que a cautela em relação às atividades, que já estão extremamente abertas e que não têm nenhum tipo de cuidado em relação à transmissão, seja vista com mais seriedade", finaliza Urbaz. (GB*)

